



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de Empresa especializada no fornecimento de documentos de navegação aérea com coberturas específicas para a América do Sul e Brasil, em formato eletrônico, todos com atualização periódica, confeccionados pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, com sede nos Estados Unidos da América.

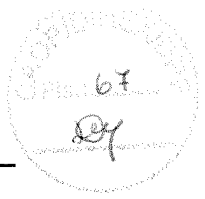
1.2 A licitante deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, durante o período de duração do contrato.

Item	Descrição	Quantidade/Ano (Assinaturas)
01	Assinatura anual eletrônica de cartas de procedimentos IFR com cobertura para o território brasileiro conforme referência JEPPESEN ABRZ 0441.	02
02	Assinatura anual eletrônica de cartas de procedimentos IFR com cobertura para a América do Sul conforme referência JEPPESEN ASAM 0441.	01

1.3 Especificação do Objeto

1.3.1. O kit de cartas aeronáuticas é formado de publicações aeronáuticas distribuídas pela empresa JEPPESEN, com sede nos Estados Unidos da América e composto dos seguintes produtos:

- a) 02 (duas) Assinaturas anuais iniciais eletrônicas de cartas de procedimentos IFR com cobertura para o território brasileiro conforme referência JEPPESEN p/nº ABRZ 0441;



EMBRAER ERJ145, prefixos PR-DPF e PR-PFN, e aeronave King Air, recentemente adquirida, padronizando-se assim a documentação usada por tripulantes que voam neste tipo de aeronave.

2.2 A JEPPESEN é a única fornecedora que dispõe este tipo de material para atender todas as regiões do mundo, no caso específico da CAOP, estamos solicitando assinatura para a América do Sul, somente. A intenção de contratação da assinatura da JEPPESEN se dá pela qualidade do material utilizado e pela necessidade de padronização de material usado nas duas aeronaves. Não seria recomendado a utilização de dois tipos de cartas nas aeronaves, pois o diferente layout poderia causar dúvidas de interpretação, colocando em risco a Segurança do voo. As cartas JEPPESEN possuem um detalhamento usado internacionalmente, possibilitando que os tripulantes da CAOP se mantenham familiarizados com este tipo de material, estando prontos para realizar missões para o exterior.

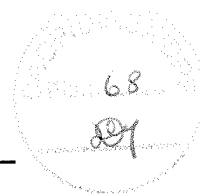
3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os itens deverão ser entregues a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União em um prazo máximo de 30 dias (trinta dias).

4.2. O material disponível eletronicamente deverá estar atualizado conforme cronograma do editor, pois o acesso às atualizações fora do prazo indisponibilizam o material para uso, prejudicando os voos das aeronaves do DPF.



5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

Item	Descrição	Quantidade	Empresa AIRWAY (R\$)	Empresa AEROMOT (R\$)	Valor Estimado (R\$)
01	Assinatura anual eletrônica de procedimentos IFR com cobertura para o território brasileiro conforme referência JEPPESEN ABRZ 0441.	Unidade	3.780,00	3.740,35	3.760,18
		02	7.560,00	7.480,70	7.520,35
02	Assinatura anual eletrônica de procedimentos IFR com cobertura para a América do Sul conforme referência JEPPESEN ASAM 0441.	01	5.580,00	6.956,48	6.268,24

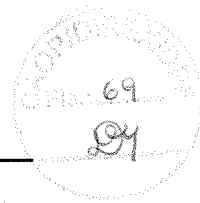
5.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 13.788,59 (treze mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos);

5.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. A CAOP/DPF reserva-se o direito de recusar a atestar a Nota Fiscal/Fatura se, no ato da apresentação, os serviços executados não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.



6.7.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

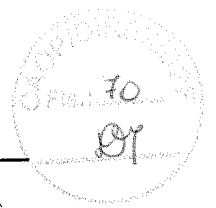
6.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e CADIN, e se, necessário aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas, inclusive no que concerne à regularidade trabalhista, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

6.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6%(seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições, estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

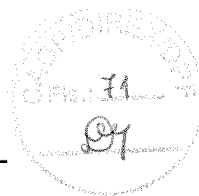
7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.1.6. Não permitir o recebimento do material em desacordo com o preestabelecido;

7.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



8.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.



12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.1.6. não manter a proposta;

12.1.7. apresentar documentação falsa;

12.1.8. descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

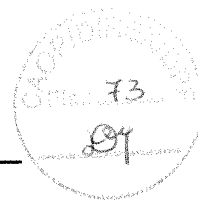
12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa Moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.2.3. Multa Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

12.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU, Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.



12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.


12.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

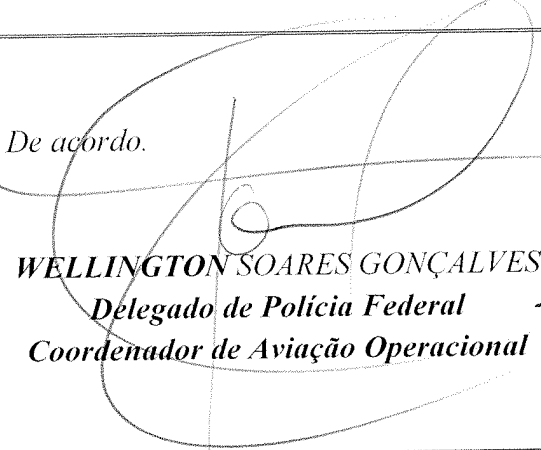

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Termo de Referência deverá ser vinculado ao contrato, como condição de execução dos serviços;

13.2. A CAOP/DPF será a responsável para dirimir os casos omissos ou não previstos por este Termo de Referência.

Brasília/DF, 03 de fevereiro de 2015.


MARCELO SCUSSEL
Agente de Polícia Federal
Matrícula 17.442

<p><i>De acordo.</i></p> <p></p> <p>WELLINGTON SOARES GONÇALVES <i>Delegado de Polícia Federal</i> <i>Coordenador de Aviação Operacional</i></p>	<p><i>Aprovo o presente Termo de Referência a fim de atender às necessidades da CAOP, devidamente justificadas no item 2, de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005.</i></p> <p></p> <p>ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO <i>Delegado de Polícia Federal</i> <i>Diretor Executivo</i></p>
--	---